

notícias

Um ensaio sem estreia

As autarquias locais serão um marco sem retorno na consolidação da democracia. Será talvez, o maior desafio pós-independência e, possivelmente, o que irá mudar a relação entre governantes e governados.

No final de Novembro, no denominado “Diálogo com a juventude”, o presidente João Lourenço, contrariou o seu próprio discurso de tomada de posse em 2017, quando disse: “Vamos por isso, no decurso deste mandato, proceder à implantação progressiva das autarquias”. O seu governo iniciou de facto, o processo de implementação das autarquias e num primeiro momento, a orientação foi de realização das eleições autárquicas em 2020, mas o argumento pandemia foi agora usado para travar a conclusão do processo.

“Não se pode adiar o que não foi convocado”, respondeu desta forma, o Presidente da República à questão do adiamento das eleições autárquicas, sem apontar qualquer previsão nem mesmo de finalização da implementação das autárquicas no país.



Fotografia | © DR | LUSA

O Presidente Lourenço impossibilitou assim “a desejada transferência de competências para órgãos eleitos mais próximos dos cidadãos para promover o desenvolvimento comunitário e local”, outra afirmação retirada do discurso de tomada de posse em 2017.

Postergando também o reforço e aprofundamento da “autonomia e o controlo local sobre a execução de políticas públicas”. A aposta “na desconcentração administrativa e financeira, alargando progressivamente as competências das administrações municipais e comunais”, mencionou Lourenço, ao assumir o cargo de Presidente da República há três anos.

Sem data, as autárquicas exigirão uma mudança estrutural e cultural por propiciarem a proximidade entre governante e governado. Desta forma, elevarão os níveis de participação dos cidadãos, tal como, o grau de exigência, escrutínio e de acompanhamento da execução das políticas e programas públicos em cada localidade. ●

Texto: Mandele Rocha

Construindo
Cidadania

Rádio Ecclesia | 97.5 FM
ZAP | Canal 504

Sábado
às 08H30



MOSAICO **inform**⁴⁹

INFORMAÇÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS
E O TRABALHO DO MOSAICO | INSTITUTO PARA A CIDADANIA



DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO



Informando - Pág. 04
PANDEMIA E PARTICIPAÇÃO



Entrevista - Pág. 10
BOAVENTURA SOUSA SANTOS



Reflectindo - Pág. 18
DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO



MOSAIKO inForm

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE

MOSAIKO | Instituto para a Cidadania

NIF: 5000359718

Nº DE REGISTO: MCS - 492/B/2008

DIRECÇÃO

Júlio Candeeiro, op
Pedro Ouana, op

SUPERVISÃO

Cecília Prudêncio

REDACÇÃO

Mandele Rocha

FOTOGRAFIA DE CAPA

Ae Cupessala

COLABORADORES

Luis Aranguren Gonzalo
Elísio Macamo

ARTE GRÁFICA

André Cupessala

CONTACTOS

Bairro da Estalagem - Km 12 | Viana
TM: (00244) 912 508 604
TM: (00244) 929 775 815
Caixa Postal 2304 - Luanda | Angola
E-mail: mosaiko@mosaiko.op.org
www.mosaiko.op.org
www.facebook.com/MosaikoAngola

IMPRESSÃO

Imprimarte - Artes gráficas

TIRAGEM: 2500 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Os artigos publicados expressam as opiniões dos seus autores, que não são necessariamente as opiniões do Mosaiko | Instituto para a Cidadania.

índice

MOSAIKO INFORM N° 49 - DEZEMBRO 2020
TEMA: DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

- PÁG. 03 *editorial*
Democracia sem participação
- PÁG. 04 *informando*
Pandemia e Participação
- PÁG. 08 *estórias da história*
Kouroukan Fougá
- PÁG. 09 *figura em destaque*
Sundiata Keita
- PÁG. 10 *entrevista*
“A Democracia e o Capitalismo são incompatíveis”
- PÁG. 18 *reflectindo*
Democracia e Participação
- PÁG. 20 *noticias*
Um ensaio sem estreia

COM O APOIO

MISEREOR
• IHR HILFSWERK



NORWEGIAN CHURCH AID
actalliance

“
Uma sociedade só é democrática quando
ninguém for tão rico que possa comprar
alguém e ninguém seja tão pobre que
tenha de se vender a alguém ”

Jean-Jacques Rousseau



editorial

Democracia sem participação

Júlio Gonçalves Candeeiro, *op*
Director Geral

Fotografia: ©André Cupessala

Estimado leitor/a

Pouco ou nada serve a democracia se se expressa e concentra apenas numa acção: votar. Democracia pode e deve ser muito mais, mas só não é porque há cada vez menos estímulos à participação e menos estudo e ensino sobre a Democracia. Não se pode falar de uma verdadeira democracia sem que exista uma participação activa e consciente de todos, em especial dos cidadãos, pois a participação é o pilar à volta do qual giram outros elementos da democracia.

A jovem história da democracia angolana é marcada pelo excessivo peso dos partidos políticos e pela quase inexistência de formas de participação. Para contribuir para o aumento da qualidade da participação, o Mosaiko, em algumas escolas, aproveita a eleição do(a) delegado(a) de turma para incutir alguns princípios democráticos. As crianças candidatas são incentivadas a apresentar um programa de “governança” enquanto as restantes, são levadas a analisar e a questionar os programas de cada candidato(a), antes de decidirem em quem votar.

É um exercício simples, mas de extrema utilidade, pois na realidade, são poucos os adultos que analisam e questionam os programas eleitorais de cada partido. O acesso aos programas, a linguagem são barreiras reconhecidas, mas nem por isso, são tidas em conta. Parece até que a intenção não é simplificar a linguagem nem de aproximar os cidadãos.

O apelo ao voto está cada vez mais relacionado com o carisma dos candidatos do que propriamente, o debate, profundidade e alcance dos programas eleitorais. Por outro lado, a participação é condicionada ao grau de apropriação da democracia e, a este respeito, Boaventura Sousa Santos em entrevista nesta edição, destaca os elementos que controlam e enfraquecem a democracia, como também, a impossibilidade de repensar e contextualizar modelos de governação próprios.

Em Estórias da História e Figura em Destaque, relembramos um modelo ancestral de governação, a Kurukan Fuga, do antigo imperador Sundiata Keita.

Luis Aranguren Gonzalo, na secção Informando, espelha os desafios da participação cidadã no estado “pandemocrático” em que nos encontramos e, no final, Elísio Macamo, no Reflectindo, questiona o resultado da imposição da democracia em Angola e Moçambique e os efeitos na participação dos cidadãos.

Esta edição expõe os interesses do capitalismo e a sua estratégia de alienação dos cidadãos. Não se trata apenas de impedir que participe, mas também de descredibilizar o modelo. É por isso que hoje, mais do que nunca a nossa acção deve começar por defender e proteger a Democracia, mas acima de tudo a participação.

Boa leitura!

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Home - Mosaiko

Visita o nosso site : www.mosaiko.op.org

https://mosaiko.op.org

Pesquisar

MO SA I KO

QUEM SOMOS ▾ O QUE FAZEMOS ▾ COMO APOIAR ▾ MEDIA ▾ CONTACTOS PT ▾

FORMAÇÃO

PESQUISA

ARTIGOS TEMÁTICOS

QUE FILHOS VOLTARÃO À ESCOLA?

POLÍCIA QUE MATA NEGROS

TIROS DA DESOBDIÊNCIA

VER MAIS

VER MAIS

VER MAIS

informando

PANDEMIA E PARTICIPAÇÃO



Qualquer reflexão sócio-política que façamos neste momento, deve ser enquadrada na lógica da pandemia COVID-19 que vivemos como humanidade.

Estamos perante um problema de saúde global, mas também e, na sua origem, perante um sinal inequívoco do fim de uma etapa civilizatória da espécie humana na sua forma de habitar a Terra.

Numa situação tão delicada, devemos ser tão ousados quanto prudentes para traçar correctamente o mapa por onde caminhamos e a direção para a qual devemos convergir como cidadãos emergentes da crise global que atravessamos.

Complexidade, incerteza e determinação

Mesmo antes da pandemia, sabíamos que vivíamos num contexto global, marcado pela complexidade e incerteza. São duas palavras incómodas porque nos obrigam a reconhecer o nosso não-saber, a nossa incapacidade de enfrentar com segurança, os desafios do nosso mundo.

No entanto, por mais paradoxal que seja, este contexto pantanoso e líquido, obriga-nos a consolidar a nossa determinação para fortalecer as chaves da nossa participação cidadã.

Portanto, devemos começar por reconhecer que estamos diante de um evento pan-democrático* que sobrecarrega todas as instituições, recursos e mobilizações que podem convergir neste momento.

A era dos riscos globais, anunciada por Beck, precipita-se de forma fulminante na crise do coronavírus. Uma crise que, usada em nome da complexidade e incerteza que habitamos, está sujeita a inúmeras manipulações e distorções que paralisam a participação cidadã. São reducionismos estratégicos que desnorream e enganam a população. Vemos três deles:

A pandemia como guerra. Não foram poucos os líderes políticos que se referiram a esta crise como uma “guerra contra o vírus”, onde a COVID-19 é o inimigo a vencer. A epopeia da guerra precisa da retórica do “heroísmo”, daqueles que cuidam dos mais vulneráveis, especialmente do pessoal de saúde. A guerra gera um certo espírito militar, onde a gestão política autoritária é endossada, a obediência e o conformismo cidadão são consagrados e os mecanismos de participação democrática são sufocados.



Fotografia: © DR | Eleições gerais de Myanmar em 08 / 11 / 2020



▼ Fotografia | © DR - Eleições nos EUA, Novembro 2020

Temos que ver que testemunhamos uma guerra provocada por um sistema económico tão voraz que fez do desenvolvimento infinito e do crescimento económico ilimitado, o seu modo de vida normal. E a guerra tem a ver com a crise do paradigma do progresso que define o capitalismo selvagem em que vivemos. Uma crise tal que, seguindo a teoria de T. Kuhn, define-se pela incapacidade de resolver os problemas que o próprio paradigma dominante gerou. A guerra, então, aponta para um inimigo global: o capitalismo que explora a maioria, descarta os mais empobrecidos e devasta o planeta, causando uma humanidade mortalmente ferida.

A pandemia como reclusão na esfera privada, onde só é possível recorrer aos comportamentos individuais como forma eficaz, de sair da crise que atravessamos. Os órgãos de comunicação social castigam-nos, todos os dias, com imagens do comportamento impróprio de algumas pessoas e grupos. Essa tendência acentua a decisão da polícia de passar a responsabilidade sobre a melhoria ou o agravamento da pandemia para o cidadão privado.

Estamos diante de uma crise cujo protagonismo, está alojado em políticas públicas neoliberais que no seu próprio mecanismo de funcionamento, sempre tentaram culpar os fracos. Claro que existem responsabilidades individuais que ajudam a sairmos juntos da crise da saúde, mas existe uma respon-

“Estamos diante de uma crise cujo protagonismo, está alojado em políticas públicas neoliberais que no seu próprio mecanismo de funcionamento, sempre tentaram culpar os fracos”

sabilidade que corresponde às políticas públicas de saúde e atenção aos mais vulneráveis, para que a proteção desses sectores seja garantida.

A pandemia como crise de saúde, exclusivamente. Parece que com a vacina chegou o novo tempo de cura, eliminação do vírus e o retorno ao “novo normal”. Com a relevância de reivindicar uma saúde pública de qualidade, não podemos esquecer que eliminar os velhos hábitos sistémicos que nos trouxeram aqui como civilização capitalista, significa que com esses mesmos hábitos, não podemos continuar a enfrentar o futuro. Trata-se, mais uma vez, de identificar essas políticas estruturais com o núcleo duro do progresso que põe em risco a sobrevivência da espécie humana no planeta.

Cidadania adormecida e embrutecida

Já desde a crise de 2008, arrastamos uma crescente crise de confiança nas instituições. A ascensão política de figuras como Trump ou Bolsonaro consolidou uma linha populista neofascista que, com a pandemia, tem numerosos seguidores. Em situações de crise profunda como a que vivemos hoje, a onda de autoritarismo agiganta-se em todos os cantos da vida colectiva.

No ressurgimento das solidariedades fechadas, surge com força as ondas de racismo e da lógica do “eles e nós” na forma como os novos fluxos migratórios vindos de África são recebidos na Europa e aquela falta de empatia em relação às causas que movimentam tantos colegas do continente Africano.

O neofascismo encoraja uma cidadania sonolenta, mas também brutalizada, diante do horror da violência estrutural que gera escandalosas desigualdades económicas e sociais. Como diz Judith Butler: “Aqueles que planeiam a violência também vivem num mundo em que algumas vidas são tratadas como se fossem mais valiosas e outras como se fossem menos”*. No caso da pandemia, estamos a assistir a esta realidade. Não é verdade que o vírus ataca tanto pobres como ricos, no Sul e no Norte do planeta.

“O neofascismo encoraja uma cidadania sonolenta, mas também brutalizada, diante do horror da violência estrutural que gera escandalosas desigualdades económicas e sociais”

Não é a mesma coisa viver numa casa confortável com jardim e grandes divisórias do que viverem 12 pessoas num apartamento num piso interior sem ventilação ou medidas higiénicas decentes. Existem vidas que merecem ser vividas e outras cujas mortes não podem ser lamentadas.

Inteligência colectiva

Às vezes, a morte de uma vida pouco valiosa para o sistema, activa a inteligência colectiva de uma parte dos cidadãos conscienciosos. A 26 de Março de 2020, Mohamed Hossain, um migrante de Lavapiés, em Madrid (Espanha), morreu de coronavírus. Ele passou dias sem conseguir comunicar com os médicos porque não sabia falar espanhol. Ninguém o entendia.

Até que um grupo de migrantes que falava melhor o espanhol, se organizou para acompanhar, oferecendo-se como tradutores. Foi assim que formaram a rede de intérpretes mediadores que durante todos estes meses, continuam a prestar serviço gratuito tanto nos Centros de Atenção Básica como nos Serviços Sociais, farmácias e hospitais. Uma rede de 30 voluntários de diferentes países da Ásia e de África. A morte solitária do amigo tornou o luto dessa morte digno, criando um instrumento de acção colectiva.

Estes migrantes dão voz a tantos pacientes que têm medo porque não se fazem compreender; São a ponte para que a saúde pública chegue realmente a todos. E também são pessoas que colocam todo o corpo ao lado do doente, sendo expostas diariamente ao vírus.

Vários destes intérpretes foram infectados e alguns foram hospitalizados. Estamos a falar de migrantes desempregados, ameaçados de serem despejados das suas casas por não poderem pagar a renda. E, no entanto, a sua opção prioritária, neste momento, é não deixar para trás as vítimas mais pobres desta pandemia. Alguns possuem até três telemóveis e recebem cerca de 80 ligações por dia, 80 procedimentos, 80 formas de cuidar, atender e proteger os mais abandonados.

“Espero que tanta dor não seja inútil, que possamos dar um salto para um novo estilo de vida e descubramos, definitivamente que precisamos uns dos outros e devemos uns aos outros”

Esta rede de intérpretes mediadores é um abanão à nossa consciência. Eles manifestam com a vida, o desejo expresso pelo Papa Francisco na sua recente encíclica Fratelli Tutti: “Espero que tanta dor não seja inútil, que possamos dar um salto para um novo estilo de vida e descubramos, definitivamente que precisamos uns dos outros e devemos uns aos outros”. Estas pessoas nos precedem, deram o salto. Lançaram-se à aventura de proteger e dar abrigo de humanidade às pessoas assustadas, doentes e apavoradas por não se poderem fazer entender.

Essas pessoas arruinam os nossos planos e organizações. Estão prontas a agir sem pedir permissão a ninguém. Organizam-se e lançam-se, não só para se solidarizarem com os seus irmãos e mediar na tradução, mas também para exigir às administrações públicas que este trabalho seja reconhecido para que ninguém seja excluído do sistema de saúde.

“Linguagem ou morte” é o nome da campanha de denúncia e sensibilização que tem sido realizada nestes meses. Porque ser capaz de expressar e ser compreendido, para muitos migrantes pobres que não falam espanhol, torna-se a linha divisória entre a vida e a morte. Essas minorias em movimento representam a ponta de lança de uma cidadania ecossocial que visa a justiça social enquanto cuida da vida e a coloca no centro. ●

Texto: *Luis Aranguren Gonzalo*



Fotografia: © DR | Estudantes da Universidade Central da Carolina do Norte formam fila para votar.

estórias da história

KOUROUKAN FOUGA

África teve reinos com fundamentos e instituições democráticas, muito antes da colonização.

Reconhece-se Sólon, estadista grego (séc. VI a.C), por ter estabelecido as bases da democracia ateniense, mas não se refere que as suas ideias foram influenciadas pelas suas viagens ao Antigo Egipto, um destino frequente dos estudiosos gregos que encontravam “inspiração” na organização social dos reinos Africanos.

Aliás, séculos antes, no continente berço foram experimentados diferentes sistemas. Muito antes da invasão dos colonizadores, reinos Africanos como Mossi, Songhai, Kongo e/ou do Mali, adoptaram sistemas representativos, com constituições que limitavam o poder e dava aos governadores e ministros, o direito de impugnar os seus reis ou imperadores.

Kouroukan Fouga ou Kurukan Fuga

A constituição do Império do Mali surgiu depois da batalha de Krina, em 1235 (séc. XIII d.C), quando uma assembleia de pessoas nobres decidiram criar um sistema de governo para o novo império. A Kouroukan Fouga estabelece a federação do clã Mandinka sob um governo único, descrevendo como funcionaria e as leis pelas quais o povo viveria.

Kouroukan Fouga é nome da cidade onde o imperador, Sundiata Keita terá apresentado este documento tão importante naquela região Africana quanto a Magna Carta para a Europa Ocidental (1215).

Codificada em 1236, reconstruída e publicada mais tarde pelo griot Kouyaté, a Kouroukan Fouga contém 44 editais, divididos em quatro secções: Organização Social (decretos 1-30); Direitos de propriedade (decretos 31-36); Protecção ambiental (decretos 37-39); E Responsabilidades pessoais (decretos 40-44).

Esta Constituição dividia o império Mali em: 16 clãs ou linhagens governativas, também conhecidos por Djon-Tan-Nor-Woro (carregadores de aljavas) eram responsáveis por liderar e defender o império;

Os Marabouts (guardiões da fé) constituíam as cinco clãs que guiavam as clãs governantes nas questões da lei islâmica; Outras quatro clãs, denominadas Nyamakala, detinham o monopólio de certos negócios; Um grupo de escravos; E por fim, os Djeli (mestres do discurso), quatro clãs dedicadas ao registo da história do império através da música.

Ao todo, 30 grupos na planície de Kouroukan Fouga, compunham a Gbara (grande assembleia), além do lugar ocupado pelo mestre de cerimónias ou reservado para a monitora feminina, já que esta constituição estabelece que as mulheres devem ser representadas em todos os níveis de governo. ●

► **Artigo 9:** A educação infantil cabe a toda a sociedade. A autoridade paterna, em consequência, recai sobre todos.

► **Artigo 16:** As mulheres, além de suas ocupações quotidianas, devem estar associadas a todas as nossas administrações.

► **Artigo 22:** A vaidade é sinal de fraqueza e a humildade o sinal de grandeza.

► **Artigo 31:** Devemos ajudar os necessitados.

► **Artigo 32:** Existem cinco maneiras de adquirir um imóvel: compra, doação, troca, trabalho e herdando. Qualquer outra forma sem testemunho convincente é duvidosa.”

► **Artigo 38:** Antes de atear fogo ao arbusto, não olhe para o chão, levante a cabeça em direcção ao topo das árvores para ver se dão frutos ou flores.”

► **Artigo 40:** Respeite o parentesco, o casamento e a vizinhança.”

Fonte: Artigos da Kouroukan Fouga

Texto: *Mandele Rocha*

figura em destaque

SUNDIATA KEITA

“O maior entre os reis”

Lançou as bases de um poderoso e rico império Africano no século XIII d.C.



Fotografia: ©DR

“Uniu 12 reinos da África Ocidental e fundou o Império Mali ”

Sundiata Keita significa príncipe leão, o primeiro governante do Império Mali, também apelidado por Rei Leão, foi guerreiro, caçador, estratega militar hábil, conhecido pelo seu carácter e determinação. Os griots cantam-no até hoje como “o maior entre os reis”.

Sundiata Keita uniu 12 reinos da África Ocidental e a partir de 1235, fundou o Império Mali. Reinou aproximadamente 20 anos, estabelecendo um código de governo que abrangia regras para o comportamento político e social.

Criou a “Carta do Mandingo” ou a Kurukan Fuga, era tida como a Constituição do Império do Mali, hoje é também considerada a primeira carta dos Direitos Humanos no mundo que em 2009, foi incluída na lista do Património Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).



Fotografia: Ruínas do Império Mali | ©by Insights/Universal Images Group via Getty Images

Keita foi um príncipe da etnia Malinke ou Mandigo nasceu em 1210, em Niani, desenvolveu uma deficiência motora, não andava e era desprezado por um dos seus irmãos mais velhos. Mas justamente por parecer débil, foi poupado durante um ataque do Estado vizinho (Kanianga). Já os seus 11 irmãos foram todos mortos. Sundiata tornou-se assim, o único herdeiro do trono Kangaba, um pequeno reino que fazia parte do Império do Gana, num território fronteiriço, hoje entre o Mali e a Guiné.

Entretanto manteve-se em Kangaba, onde juntou guerreiros e recuperou o seu reinado, mas também conquistou novos territórios. No final do seu reinado, o Império do Mali controlava os antigos reinos de Gana, Walata, Tadmekka e Songhai. Estes territórios incluíam as ricas regiões produtoras de ouro de Galam, Bambuk e Bure.

Sundiata Keita morreu em 1255, deixou um grande império, uma história de conquista e a sabedoria incomum de um homem desde cedo menosprezado, no entanto salvou o seu reino e foi capaz de reorganizar diferentes etnias e grupos sob, aquilo que alguns historiadores apontam ter sido o seu desejo: conceber um império vasto, desenvolvido, unificado, forte e próspero. ●

Texto: *Mandele Rocha*

entrevista

BOAVENTURA SOUSA SANTOS

“DEMOCRACIA E CAPITALISMO SÃO INCOMPATÍVEIS”



Fotografia: ©DR

O académico revela as faces da Democracia ameaçada, adulterada e instrumentalizada pelo capitalismo.

Globalmente, estamos perto ou longe dos princípios verdadeiramente democráticos?

Estamos hoje muito mais longe dos ideais democráticos do que há 20 ou 30 anos. Entre muitas outras razões, talvez a principal, foi em 1989 ou seja, até à queda do Muro de Berlim e o colapso do bloco

soviético, o mundo estava dividido em dois sistemas: o socialista soviético e o capitalista ocidental. O capitalista ocidental pretendia proporcionar às populações, idealmente as mesmas condições de bem-estar que o socialismo soviético e, além disso, permitia a liberdade das pessoas. E esta superioridade do capitalismo era considerada qualitativa. O socialismo soviético propunha idealmente a eli-

minação das desigualdades sociais. Conseguiu avanços extraordinários no que respeita aos bens e necessidades essenciais das grandes massas da população, mas desde Estaline, isto para falar no caso soviético, foi feito através de uma ditadura violenta que dizimou milhões de pessoas, mas não se podiam negar, por outro lado, os avanços extraordinários. A União Soviética era, em 1917, um dos países menos desenvolvido da Europa e no final da Segunda Guerra Mundial, arrogava-se poder competir com os EUA. E foi, aliás, o país que mais sacrifícios correu para libertar a Europa da dominação nazi. Estes dois sistemas digladiavam-se. Criou-se o que se chamava a Guerra Fria, a competição entre os dois sistemas.

Competiam, mas tiveram efeitos diferentes ...

A coexistência destes dois modelos fez com que países, fora da zona de influência do modelo soviético, pudessem disputar políticas de bem-estar para as classes populares e isso fosse permitido pelo sistema capitalista global, nesta altura já dirigido pelos EUA. Essas conquistas traduziram-se, por exemplo, na Europa, em políticas sociais muito significativas que permitiram a criação de classes médias, saúde pública, educação pública, sistema de pensões público, transportes públicos, uma forte presença do Estado na regulação económica, políticas sociais robustas.

A América Latina tinha despertado para a possibilidade de dar bem-estar às suas populações tentando os dois regimes: o de Cuba, através da Revolução Cubana, em 1959, que procurou expandir-se para o resto do continente no que foi violentamente travado pelos EUA, e no Chile, com Salvador Allende, entre 1970 e 1973. Uma experiência também liquidada por um golpe inspirado e, em parte, organizado pela CIA, dos EUA que desde sempre mantiveram a decisão que este era um continente sob a sua influência, onde o tipo de capitalismo que havia na Europa nunca poderia ser aplicado por comprometer os interesses das empresas norte-americanas que produziam o saque ou pilhagem – a palavra é esta – das riquezas naturais da América Latina e da América Central.

E no continente Africano?

África ficou como uma zona de disputa muito forte entre o bloco soviético e o bloco ocidental, sendo que a China também passou a apoiar os movimentos de libertação em vários países a partir de 1960. Tinha-se realizado em 1955, a Conferência de Bandung onde, sob a égide do Presidente Sukarno da Indonésia, do Presidente Gamal Abdel Nasser do Egipto e do Presidente Tito da Jugoslávia, participaram inclusivamente muitos movimentos de libertação de África. O objectivo era tentar uma terceira via que não era nem a soviética nem a capitalista norte-americana ou europeia. Isso esteve presente em muitos dos países e os casos mais significativos foram o Gana, de Kwame Nkrumah e a Tanzânia de Julius Nyerere.

De fora, ficaram a África do Sul, ainda sujeita ao apartheid violento e racista, e as colónias portuguesas que só vieram a ficar independentes em 1975. E que, ao assumir a independência, optam por uma solução que já não era propriamente a de Bandung, mas uma solução socialista, tendo em conta que o bloco socialista apoiou bastante os movimentos de libertação e, praticamente todos os governos que emergiram da independência se declararam adeptos do marxismo e do socialismo.

Pouco depois assistimos a uma crise desses regimes, muitas vezes instigada pela África do Sul do apartheid, o que é claro no caso de Angola e Moçambique. Políticas de destabilização que redundaram em guerra civil, e, com as crises económicas que daí decorreram, os países tiveram que aceitar a solução capitalista ocidental, quase que como uma rendição. Tudo isto ocorre poucos anos antes do colapso do sistema soviético do bloco socialista. Portanto, o poder de influência deste bloco estava já em crise e atinge o seu momento final em 1989.

entrevista

BOAVENTURA SOUSA SANTOS
PROFESSOR CATEDRÁTICO

O capitalismo liberal venceu...

A partir de 1990, o capitalismo global passou a dominar sem concorrência e esse não era o europeu, social democrata, mas o liberal, norte-americano. Um capitalismo que não acreditava nos sistemas públicos de saúde, de educação ou de pensões, que entregava aos mercados, aos negócios, todas as políticas sociais que pudessem gerar lucros.

Chamamos a isso o modelo neoliberal que passou a imperar, praticamente em todo o mundo e veio agravar a face anti-social do capitalismo, ou seja, no momento em que a vitória do capitalismo global é proclamada como uma vitória da democracia, é nesse preciso momento que a democracia começa a entrar em crise. Não apenas a europeia, mas toda a democracia mundial, todos os sistemas que aspiravam o sistema democrático.

O capitalismo global, a pouco e pouco dominado pela fracção mais anti-social, que é o capital financeiro, passou a dominar em todo o mundo e a querer submeter à lógica do lucro todas as áreas da vida social e mais do que isso, a submeter à lógica do lucro dos países desenvolvidos toda a rentabilidade da extracção dos recursos naturais dos países menos desenvolvidos.

Mantendo um domínio que estipula quem enriquece

Há uma continuidade do próprio colonialismo, os esforços de industrialização na América Latina, foram liquidados. Os países foram-se desindustrializando e especializando na produção de matérias-primas, de produtos agrícolas para exportação.

E é este modelo que se tem vindo a implantar em África, veio empobrecer a democracia, porque, no plano dos princípios, a democracia e o capitalismo são incompatíveis. A democracia, idealmente, é orientada pelo princípio da soberania popular, a soberania das maiorias, ainda que com o respeito das minorias.

O capitalismo é regido pelo princípio da acumulação e do lucro e não olha, obviamente, a nenhuma determinação democrática. A tensão entre a democracia e o capitalismo existe desde sempre. Quando o bloco socialista colapsou, o capitalismo deixou de ter necessidade de fazer concessões. Os adversários estavam derrotados, as forças e os movimentos sociais em cada um destes países estavam desarticulados e, aliás, os seus líderes mais aguerridos foram neutralizados e até assassinados. Não podemos esquecer que em África os líderes socialistas, por vezes pouco conhecidos, sindicalistas, etc., foram muitos deles assassinados nos anos 60 e 70. Conhecemos os casos de Patrice Lumumba, mas houve muitos outros neutralizados sempre que havia uma intenção de criar um sistema com mais protecção social, não necessariamente socialista.

Porque diz que hoje estamos ainda mais longe dos ideais democráticos?

Estamos muito mais longe, porque vivemos num mundo dominado por esta combinação tóxica entre o neoliberalismo, que é o capitalismo de privatização sem limites da vida social, com o capitalismo financeiro que é o mais anti-social por não lidar com trabalhadores, ao contrário do capitalismo produtivo, lida com dinheiro e faz riqueza a partir de dinheiro.

Este capitalismo não pode de maneira nenhuma atender aos interesses dos camponeses, dos trabalhadores, por não estar na sua lógica fazê-lo. Só o Estado o poderia fazer, mas o Estado foi neutralizado, foi cooptado, corrompido, e quando não foi corrompido, foi obrigado.

*“Em África os líderes socialistas,
por vezes pouco conhecidos,
sindicalistas...
Foram muitos deles assassinados
nos anos 60 e 70”*

Que condições foram impostas aos Estados?

Por exemplo, não tributarem os ricos e para financiarem as poucas políticas públicas recorrerem aos empréstimos internacionais em que os Estados não são soberanos, estão sujeitos naturalmente à lógica global do capitalismo e têm que pagar os juros impostos globalmente. Dependem dos credores internacionais e das agências multilaterais, não têm nenhuma soberania neste domínio.

É esta a situação em que nos encontramos e que, em meu entender, está a assumir um ponto quase de ruptura onde as democracias, que já são liberais de baixa intensidade, estão a ser neutralizadas, por vezes pela força, como aconteceu ainda recentemente, no Brasil, na Bolívia, e como vai acontecendo em muitos outros lugares.

Hoje não nos é permitido sequer repensar a Democracia. Até que ponto é frustrante esta castração intelectual?

É extremamente frustrante que hoje se pense que a democracia é igual a democracia liberal ou representativa. Se consultarmos os livros de ciência política dos anos 1960, encontramos uma pluralidade de democracias. Nessa altura não se considerava que os países do bloco soviético eram ditaduras, eram democracias populares. Também se entendia que muitos países africanos, que estavam ainda a ser governados pelos movimentos de libertação nacional também não eram ditaduras, falava-se de democracia de desenvolvimento, de partidos que tinham uma preponderância enorme devido à legitimidade que tinham adquirido ao terem conduzido as lutas pela independência e muitas vezes, não admitiam a existência de outros partidos.

Havia, por outro lado, as democracias participativas, deliberativas: assentes na organização de cidadãos, fora de partidos, que através da sociedade civil vão tomando decisões de interesse local, por

maioria, outras vezes, por consenso, independentemente do mecanismo dos partidos. E por vezes, com rotatividade dos líderes. Havia ainda outras formas de democracia não ocidental, digamos.

Tantos modelos e por fim, optou-se pelo pior de todos...

Na Europa, a social democracia, tinha fortes políticas sociais e procurava combinar altos níveis de produção, de produtividade industrial, com altos níveis de protecção social. Hoje, praticamente, todas as outras formas de democracia desapareceram ou não se falam delas. Mas, de facto, não desapareceram totalmente, fala-se da democracia liberal dominada por direitos cívicos e políticos e desprovida de direitos sociais e económicos. O problema é que a falta dos segundos conduz à irrelevância dos primeiros para a maioria da população.

A democracia liberal tinha e tem limitações enormes, precisamente porque assenta em esquemas de participação política exclusivamente, através de partidos e propõe uma democratização da sociedade muito limitada. Mas tem uma grande virtualidade: assenta na ideia de uma separação muito grande entre o mercado dos valores políticos e o mercado dos valores económicos.

E que valores são esses?

Os valores políticos são as nossas convicções éticas, morais, religiosas, políticas, que não se compram nem se vendem, são valores sem preço. O mercado dos valores económicos é o mercado dos valores que têm preço, que se trocam, que se compram e que se vendem. O que assistimos é que o mercado económico foi tomando conta do mercado político e hoje, a corrupção é muitas vezes endémica e na política tudo se compra e tudo se vende, tal e qual como acontece nos mercados económicos.

A degradação da democracia liberal é um dos aspectos da asfixia política em que

entrevista

BOAVENTURA SOUSA SANTOS
PROFESSOR CATEDRÁTICO

nos encontramos e que os jovens tão agudamente sentem. A asfixia é esta: de um lado, assistimos à constante degradação da democracia liberal e, por outro, não parece haver uma alternativa a esta democracia.

Participar no enriquecimento da democracia é uma utopia, inacessível aos países emergentes?

É uma utopia, mas é real. No meu trabalho distingo as utopias que no sentido etimológico da palavra não se realizam nunca, nem em nenhum lugar, nem em nenhum tempo, das iniciativas inovadoras contra a corrente, as ortodoxias, insurgentes, dissidentes, que se vão criando no mundo, por vezes a nível local, mas que nos vão sinalizando que o ser humano e as comunidades não podem viver sem a ideia de uma alternativa quando o sofrimento é injusto e é muito grande.

Vivemos em sociedades com três dominações. O capitalismo combinado com o colonialismo e o patriarcado. Muito do comportamento hoje das empresas multinacionais e dos Estados que foram colonizadores em África e noutros continentes, é típico do colonialismo e segue a mesma lógica. Basta ver o que se faz em termos de compra de terras e exploração dos recursos naturais, o que se vê no domínio da compra dos próprios aquíferos para reservas de água, uma vez que vai haver uma crise de água potável em meados deste século, na promoção de golpes sempre que as autoridades locais se insurgem ou procuram limitar as acções das multinacionais europeias e norte-americanas.

“Os protestos tornam-se violentos devido à infiltração de provocadores, por vezes elementos das forças policiais”

Como se manifesta o colonialismo hoje?

Há uma grande continuidade violenta do colonialismo que, nos EUA e na Europa, se manifesta sob a forma de racismo e também noutros lugares obviamente. O racismo é também um produto do colonialismo que existe, não é um resíduo, é uma presença do colonialismo que como dominação assente na degradação ontológica, ou seja, na inferioridade natural daqueles que são dominados, continua até hoje. E o patriarcado é outra forma que vai de par com o colonialismo e o capitalismo e por isso em todo o mundo, há um aumento dos feminicídios, da violência contra as mulheres no mesmo processo em que o capitalismo se torna mais agressivo e o colonialismo mais violento.

Como combater isto?

As populações procuram uma alternativa, continuam a resistir, a organizar movimentos sociais, protestos, manifestações em luta por uma alternativa. Quase sempre pacíficos, estes protestos tornam-se violentos devido à infiltração de provocadores, por vezes elementos das forças policiais.

De facto, lutam por alternativas democráticas que combinem a democracia representativa com a participativa. Esta combinação esteve presente no pensamento de muitos líderes africanos nos anos 1970. Para eles, a democracia representativa vinda do Ocidente tinha algumas virtualidades, mas havia outras formas muitas vezes, ancoradas na própria experiência das comunidades africanas que eram democracias de tipo participativo, comunitário, onde as decisões são tomadas por outra forma, mas não deixam de ser democráticas que procuravam integrar, combinar e enriquecer a democracia representativa. Nyerere falava muito de socialismo, de humanismo africano, e, quer ele quer Nkrumah, falavam do socialismo africano que tinha elementos de solidariedade comunitária típica das sociedades africanas.

Há como pensar futuro sem dominação?

Muitas vezes pensar o futuro é ir às raízes, é olhar para um passado que foi suprimido, negado, mas que nunca se destruiu totalmente. Ficou na imaginação, nas memórias, nas canções, nos mitos, nas histórias que os anciãos, os sábios das comunidades continuam a contar, ficou na ideia de toda a riqueza organizativa, de Estados, impérios, organizações políticas que existiam antes do colonialismo europeu e que foram destruídas sob pretexto de serem selvagens.

Não o eram, algumas eram extremamente sofisticadas. Aconteceu na América Latina, em África. Essas memórias ficaram e voltam a cada passo. Hoje temos Constituições na América Latina onde se fala de conceitos indígenas. Na África do Sul ficou no preâmbulo da Constituição a ideia de ubuntu, uma ideia filosófica e política da África Austral, que aponta para a ideia de que ninguém é individualmente nada se não for com outro.

A ideia que eu sou porque tu és, completamente oposta à ideia individualista da democracia liberal, é ideia e modo de ser e de viver ignorado ou suprimido pelos colonizadores, mas que de algum modo ficou na memória dos povos e regressa agora, transformada como propostas de futuro. Daí ser o que eu chamo: ruína-semente.

Penso que essa reflexão é extremamente importante. Faz parte da descolonização do próprio pensamento, que tem que ocorrer nos países do Sul global. A descolonização do pensamento tem que ocorrer tanto na Europa como nos EUA, como no Sul ainda que de forma diferente.

Tenho escrito bastante sobre a descolonização do pensamento, da epistemologia e da universidade com diferentes perfis, no Norte e no Sul. Como sabemos, as elites locais acabaram muitas vezes por acolher toda a ideologia, todo o pensamento ocidental e foram activos destruidores também de todas as tradições. Algumas delas eram problemáticas e deviam ser deixadas de lado, outras podiam ser recuperadas, reinventadas, e não o foram.

Sabemos que essa descolonização tem que ocorrer em todo o lado e à medida que for ocorrendo vamos pensando outras formas de governo democrático.

A democracia no continente Africano é vazia, desadequada e sem qualquer hipótese de contextualização?

Sim, a democracia foi imposta – por vezes fortemente “recomendada” pelas agências internacionais e, no caso da França, da Inglaterra, pelas potências colonizadoras – em África da mesma forma que em final do século XIX, a partilha com régua e esquadro, definiu os países e as fronteiras entre os países africanos apenas segundo a lógica europeia da partilha das riquezas naturais de África.

E foi assim também que se procurou impor os modelos europeus políticos, eurocêntricos de democracia, independentemente de saber se havia condições para que essa democracia pudesse existir, se essa democracia exigia algum sistema de consonância com valores culturais dessa sociedade, alguma consonância com as condições económicas. Tudo isso foi esquecido.

Tinha sido problematizado nos anos 1960 e 1970. Nos anos 1980 já quando o neoliberalismo, através do Consenso de Washington, se vinha impondo pelo mundo fora, esta problematização desapareceu para se impor uma receita única, a democracia liberal eurocêntrica, fundamentalmente no formato norte-americano. Esse modelo foi imposto e foi uma inversão de que os países africanos e latino-americanos nem sequer se deram conta.

O que está por trás desta imposição?

A partir dos anos 1980, a democracia passa a ser a condição para tudo. Enquanto antes havia condições que era preciso preencher para poder haver democracia, a partir de agora a democracia passou a ser a condição que se impõe para que seja possível o desenvolvimento e o progresso. E essa imposição são as condicionalidades do Banco Mundial, do Fundo Monetário

entrevista

BOAVENTURA SOUSA SANTOS
PROFESSOR CATEDRÁTICO

Internacional: a democracia liberal como condição para tudo. E houve, obviamente, teóricos, e até com muito boa intenção que aceitaram este princípio, esta inversão. Mas é evidente que havia aqui uma armadilha.

A ideia de que impondo um certo regime político qualquer que fosse a sua eficácia ou a sua penetração no país, seria legítimo e funcionaria. Na verdade, o que esse regime tinha, acima de tudo, era ser extremamente vulnerável à influência estrangeira. Ser sempre *market friendly*, como passou a ser cunhado, isto é, amigo dos mercados, da privatização, do capitalismo, e, portanto, nunca pondo em causa a dominação capitalista da sociedade. Permitindo naturalmente nos países africanos e nos países da América Latina, a pilhagem praticamente sem limites dos recursos naturais.

Contrariar esta imposição pode ser um tiro no pé?

Houve tentativas interessantes de articular estas formas de democracia eurocêntrica com formas africanas, mas foram experiências de pouca duração e sempre que tiveram algum relevo foram liquidadas, neutralizadas, precisamente porque as agências internacionais se recusavam a reconhecê-las. Por exemplo, se as agências internacionais determinam que o desenvolvimento local deve ser de um certo tipo e que tem que ser constituído por esta ou por aquela forma de agricultura, não imaginam que uma comunidade democraticamente decida outro tipo de desenvolvimento. Isso era condição suficiente para que o apoio financeiro fosse retirado. Foram estas imposições que esvaziaram e descontextualizaram os processos democráticos em África.

Ainda é possível fazer diferente?

Penso que cada época, cada geração luta com as armas que tem. As armas não se podem inventar de um momento para outro. O século XX nasceu com

dois grandes modelos de transformação social: a revolução e o reformismo, mas neste princípio do século XXI, estamos numa situação difícil porque nem o reformismo nem a revolução existem. O que existe são democracia e direitos humanos.

A democracia foi esvaziada e está a ser perigosamente esvaziada de todo o seu conteúdo social, e os direitos humanos são uma arma de arremesso, e têm sido usados muitas vezes para destruir países. Apesar de eu me considerar um activista de direitos humanos e achar que é uma luta nobre, os direitos humanos têm uma dupla genealogia.

Como assim?

Tanto são usados a favor das classes populares, a favor da libertação, da dignidade da vida, como também são usados para dominação imperial. Foi em nome dos direitos humanos e da democracia que se destruiu o Iraque, a Líbia. Na verdade, fundamentalmente para pôr os recursos naturais destes países ao serviço dos EUA e da Europa.

E no caso da Líbia, o perigo que se via em Kadafi era que pudesse, em articulação com a União Africana, adoptar uma moeda para as transações financeiras e dos recursos naturais de África que não fosse o Euro ou o Dólar, pondo, assim, em perigo o domínio capitalista global nesse comércio internacional. E foi liquidada por isso, nada mais. Os e-mails de Hillary Clinton e tudo aquilo que hoje se sabe graças à WikiLeaks, mostram claramente que foi por razões estritamente de domínio geopolítico e económico que a Líbia foi destruída.

Penso que hoje temos que lutar com as armas que temos até que surjam outras. É natural que venham a surgir outras, mas penso que neste momento, a democracia deve ser criticada, não por ser uma farsa, mas por ser pouca, levá-la a sério e radicalizá-la. Implica também radicalizar os direitos humanos.

Os protestos, as manifestações populares pacíficas, as greves, tudo isso é democracia. Tal como é democracia o desenvolvimento local assente em reivindica-

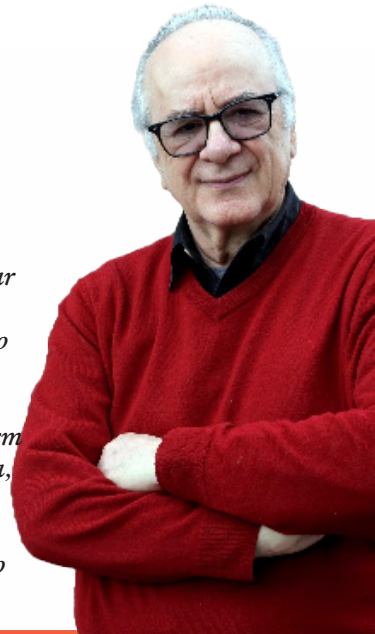
ções locais insurgentes, dissidentes, organizadamente, democraticamente e pacificamente construídas. A democracia é isso. É lutar no terreno pela democracia de uma forma insurgente. Uma democracia a partir de baixo e não a partir de cima. Uma democracia que combina a democracia representativa com a democracia participativa das populações.

O que os capitalistas não querem que as pessoas saibam?

Não querem que as pessoas saibam muitas coisas, por isso há sociedades mais ou menos secretas sobre as quais muito pouco se sabe. Por exemplo, a Bilderberg, uma grande associação dos grandes capitalistas globais; sabe-se que existe um fórum económico mundial de Davos, mas sabemos que é a face, digamos, visível e pública de negócios e de conversas que se têm em privado; sabemos que o capital financeiro, que designamos como “os mercados financeiros globais”, são, de facto, cinco ou seis grandes empresas financeiras, quase todas norte-americanas e europeias que dominam, se articulam e definem a sorte de países, o modo como certas eleições são festejadas ou são denegridas, como se decide invadir um país ou não invadir um país.

Sabemos hoje que há os Estados como agentes políticos visíveis e um Estado profundo que existe tanto a nível nacional como internacional. A nível nacional é uma articulação entre as elites políticas e os negócios, negócios, por vezes, legais, outras vezes ilegais. E tal e qual como existe este Estado profundo que não é democrático, que não é transparente, que não assenta em decisões populares, mas em decisões de quem controla a economia e as finanças globais, existe também esse Estado profundo onde, por um lado, temos o direito internacional, as organizações multilaterais, a ONU, mas depois temos um mundo de negócios que se articulam globalmente para tomar decisões, como as negociações e os contactos secretos entre Sarkozy e Hillary Clinton para destruírem a Líbia.

Boaventura de Sousa Santos nasceu em Coimbra, em 1940. Doutorou-se em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale, é Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Universidade de Wisconsin-Madison. Realizou trabalho de campo em Portugal, Brasil, Colômbia, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Bolívia e Equador. Escreve e publica em áreas de sociologia do direito e política, epistemologia, estudos pós-coloniais, movimentos sociais, globalização, democracia participativa, reforma do Estado, direitos humanos.



Só através de um vazamento como foi a WikiLeaks é que a gente vem a saber o que é que estes líderes políticos fazem. Se queremos ter uma ideia, basta ver o que estão a fazer ao Julian Assange e ao Edward Snowden. Sobretudo o Julian arrisca-se a morrer na prisão ou a morrer na cadeira eléctrica nos EUA se for extraditado, porque o seu grande crime foi dar a conhecer aquilo que o capitalismo norte-americano não queria que se conhecesse: toda a sua maquinaria ilegal, criminosa, para destruir o Iraque, destruir a vontade própria de cada país para controlar os seus recursos naturais, procurar melhores preços e o bem-estar das suas populações. Tudo isso foi liquidado por meio de uma manipulação grosseira da democracia e dos direitos humanos. Portanto, era esse conhecimento que não podia vir a público.

Há um mundo cada vez mais secreto e nós vivemos à superfície daquilo que nos é possível ver e inclusivamente, iludidos através das redes sociais que sabemos cada vez mais. Em verdade, sabemos cada vez mais a respeito de cada vez menos, a respeito de coisas cada vez menos importantes. Conhecemos os gostos pessoais de cada pessoa através do Instagram, do Facebook, das redes sociais. Sabemos os pormenores da sua vida privada, trivialidades do mundo, mas das grandes decisões que determinam as suas vidas, as nossas vidas, sabemos cada vez menos. ○

Nota: Entrevista completa em www.mosaiko.op.org

reflectindo

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

A maioria dos países mais desenvolvidos tem sistemas democráticos fortes e estáveis. Já a esmagadora maioria dos países menos desenvolvidos tem sistemas democráticos fracos e instáveis. Há dois perigos. Um é concluir que a democracia é responsável pelo desenvolvimento. Outro é também concluir que talvez a democracia não seja essencial ao desenvolvimento.

No primeiro caso, o problema é de ignorar o inverso da relação. Com efeito, pode ser que o desenvolvimento tenha criado as condições para que a democracia se consolidasse. Isto não quer dizer que essa relação não exista. Não há como negar, hoje em dia, o papel que a democracia tem desempenhado para tornar as economias desses países robustas. No segundo caso, seria arriscado concluir que o desenvolvimento não precisa de democracia. O problema aí é essencialmente lógico. Nem todos os países que apostaram no autoritarismo como forma de se desenvolverem se saíram bem.

A questão é talvez de definição. As ciências sociais e a opinião pública privilegiam uma definição técnica e instrumental da democracia. Olha-se para a democracia como um sistema que consiste em eleições livres e na garantia de certos direitos e liberdades. Pensa-se que a sua mera proclamação é suficiente para que se realize. Assim, quando a guerra fria terminou os que queriam ajudar África a lograr o desenvolvimento consideraram que a promoção da democracia seria um bom instrumento para esse fim. O que não consideraram foi que qualquer intervenção social está sujeita à maneira como as pessoas reagem. Isto, por sua vez, é influenciado pelos perfis,

valores e interesses das pessoas. O resultado quase nunca é o esperado, pois há sempre um elemento de imprevisibilidade.

A questão é o que as pessoas fazem com os espaços de acção que a introdução da democracia proporciona. Em Angola e Moçambique, com a cultura política “revolucionária” assente na convicção de que uns poucos detinham a prerrogativa de conduzir o povo à felicidade. A introdução da democracia foi vista por estes como uma oportunidade para, uma vez legitimado o poder por via das eleições, cimentarem o seu poder sobre a sociedade e, se possível, acabarem de vez com a oposição. Embora esta atitude seja de esperar, e não diga necessariamente nada de particular sobre os africanos, pois a tendência natural de qualquer grupo de interesse é assegurar para si os recursos do poder.

Isto traz à superfície a questão central da relação entre a democracia e participação, de um lado, e desenvolvimento do outro. Na verdade, o conceito de participação define a democracia. Uma vez que a democracia regula a gestão das relações políticas

“Os governos de Angola ou de Moçambique, podem em boa consciência reclamar para si o privilégio de terem promovido e protegido a dignidade humana?”



Fotografia: ©Reprodução theglobeandmail | DR

numa sociedade, um dos instrumentos mais eficazes de regulação é a constituição das pessoas em cidadãos. Dito doutro modo, quem vive numa democracia partilha com todos os que nela vivem, a condição de cidadão, isto é de alguém que se define por direitos e obrigações, mas acima de tudo, tem a prerrogativa e obrigação, de interpelação crítica de quem governa.

Neste ponto, a democracia confunde-se com a noção de republicanismo. A pessoa passa a ser parte do bem comum e, como tal, também estará implicada na sua gestão. As eleições não decidem quem vai ficar cinco anos a gerir o bem comum. Definem quem vai, nesse tempo, reunir consensos para que um bem comum, sempre em negociação, seja bem gerido com base no manifesto sancionado pelas eleições.

Governar numa democracia é aprofundar e alargar os espaços de exercício de cidadania. Isso só se faz com sucesso concentrando a atenção na criação de condições para que se promovam os princípios cívicos e se protejam os valores que dão cobertura à cidadania. Não é, por exemplo, a limpeza da cidade, ou a regulação da economia que determinam a necessidade de afastar “zungueiras” da cidade. É a protecção de algum valor cívico que não pode ser alcançado a troco da violação, digamos, de algum direito fundamental dessas “zungueiras”.

Os sistemas tradicionais africanos tiveram como objectivo proteger a dignidade humana. Partindo do pressuposto que constitui um padrão mínimo a empregar na avaliação da qualidade de um sistema

político. Até que ponto é que os governos africanos, independentemente de se chamarem democráticos, ou não, conseguem garantir isto?

O sentido profundo da ideia de desenvolvimento é justamente este: promover a dignidade de cada um de nós. Isso passa pelo objectivo de proteger a cidadania. E é neste aspecto que muitos sistemas políticos africanos falham. Muitos dos desafios que os governos africanos enfrentam na gestão do poder seriam melhor enfrentados com uma mudança de perspectiva. Não importa se esse sistema político tem o nome de democracia, se não consegue garantir este mínimo, põe em causa a sua própria viabilidade ou melhor, vai ter de assentar na repressão para se manter, o que tarde ou cedo, cria instabilidade política.

Quando os nossos países ficaram independentes, assumiram um compromisso importante com um discurso normativo europeu que justamente por causa do colonialismo, os europeus violaram. Era o discurso de respeitar a liberdade, a dignidade humana e a auto-determinação. Os nossos libertadores iam criar condições para que aquilo que caracterizou o colonialismo não voltasse a acontecer. Ora, até que ponto fomos bem sucedidos neste desiderato? Os governos de Angola ou de Moçambique, podem em boa consciência reclamar para si o privilégio de terem promovido e protegido a dignidade humana? Seja qual for a resposta que dermos, os critérios que usarmos para discutir a sua validade constituem também as balizas da democracia. ●

Texto: *Elisio Macamo*